



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 30

Sessão Ordinária Junho

1.º Reunião em 21/06/2019

Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Centro Social de Nossa Senhora de Fátima, em Mamodeiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pelas Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia e Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Antero Marques dos Santos, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, Raúl Ventura Martins, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da Sessão faltou o deputado Rui Carlos Medeiros Alvarenga.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram nesta reunião da Sessão os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Pedro Machado Pires da Rosa e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Sílvia Saraiva Carvalho Martins, e António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto.⁰⁰²

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Henrique da Rocha

Vieira, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, por João Bastos Figueiredo e Daniela Carla de Sousa Pinto, respectivamente.⁰⁰²

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia. De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes.

Acta n.º 27 – Sessão Ordinária Abril – 1.ª reunião da sessão realizada em 01-04-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰³

Não votaram, por não terem estado presentes os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Rita Alexandra Monteiro Batista.

Acta n.º 28 – Sessão Ordinária Abril – 2.ª reunião da sessão realizada em 05-04-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Joao Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e o Presidente de Junta, Henrique da Rocha Vieira.

Acta n.º 29 – Sessão Extraordinária em Maio – Sessão realizada em 06-05-2019: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, por não terem estado presentes nesta reunião da sessão, a Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, os deputados municipais e/ou os respectivos sucedâneos, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e os Presidentes de Junta Victor Manuel Marques de Oliveira, e Antero Marques dos Santos.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Apreciação e votação da adenda ao contrato entre o Município de Aveiro e a Veolia;

Ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2018;

Ponto 3 – Processo de Descentralização: Apreciação e votação das seguintes propostas:

A. Transferência de Competências Municipais 2020

- 1. Gestão de Praias Marítimas;**
- 2. Jogos de Fortuna ou Azar;**
- 3. Vias de Comunicação;**

4. **Justiça;**
5. **Associações de Bombeiros;**
6. **Espaços do Cidadão;**
7. **Habitação;**
8. **Gestão do Património;**
9. **Estacionamento Público;**
10. **Proteção e Saúde Animal;**
11. **Cultura;**
- B. **Transferência de Competências Municipais 2019 e 2020**
12. **Saúde;**
13. **Áreas Portuárias;**
14. **Transporte de Passageiros em Vias Navegáveis Interiores;**
- C. **Transferência de Competências Freguesias / Município 2019 e 2020**
15. **Freguesias;**
- D. **Transferência de Competências Intermunicipais 2020**
16. **Turismo;**
17. **Justiça;**
18. **Fundos Comunitários e Captação de Investimento;**
19. **Associações de Bombeiros;**
20. **Educação;**
21. **Saúde;**
- E. **Transferência de Competências Municipais 2019**
22. **Educação.**

Ponto 4 - Apreciação e votação do Contrato Inter-administrativo para gestão, ordenamento e preservação dos Canais Urbanos da Ria de Aveiro, entre o Município de Aveiro e a Agência Portuguesa do Ambiente, IP;

Ponto 5 - Apreciação e votação do Regulamento dos Canais Urbanos da Ria de Aveiro;

Ponto 6 – Apreciação e votação do Procedimento Concursal para 3 postos de trabalho na carreira| categoria de Técnico Superior | Área de Direito;

Ponto 7 – Apreciação e votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;

Ponto 8 – Informação sobre a Atividade Municipal de 26MAR19 a 17JUN19;

Ponto 9 – Apreciação e votação do pedido de isenção de IMT – Parque Escolar, E.P.E.

Ponto 10 - Apreciação e votação de oito Propostas de Recomendação apresentadas pelo BE:

- a) **Adoção de luzes LED "amarelas" e abandono das LED "brancas" que podem aumentar o risco de cancro;**
- b) **Pela prioridade e realização das obras prementes nas habitações sociais propriedade do IRHU no município de Aveiro, nomeadamente no Griné e Caião;**
- c) **Criação de um observatório municipal da habitação;**
- d) **Candidatura do Município de Aveiro ao Programa Primeiro Direito;**
- e) **Que o alojamento, permanente ou temporário, de animais nas habitações sociais propriedade do município de Aveiro seja definido pelas normas gerais da lei da república;**
- f) **Que a renda mínima para as habitações propriedade do município em regime de arrendamento apoiado, seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;**

- g) Critérios preferenciais e de desempate para famílias monoparentais ou que integrem menores, pessoas com deficiência ou com idade igual ou superior a 65 anos, ou para vítimas de violência doméstica no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município de Aveiro;**
- h) Regular o alojamento local pela protecção das pessoas e do direito à habitação.**

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa:⁰⁰⁶

"Para já em primeiro lugar saudar a União de Freguesias e dizer que é um gosto de parte da Assembleia que represento vir ao encontro da população e dos seus anseios. Naturalmente, temos a ordem de trabalhos com vários pontos, mas também a intenção destas Assembleias é focar um pouco mais nas populações e nos anseios até da freguesia. Queria cumprimentar na pessoa do Senhor Antero Santos, Presidente da Junta de Freguesia, toda a comunidade. E nesta comunidade eu integro os cidadãos que ao longo do tempo se vão entregando à causa pública da União de freguesia. Tudo isto envolve sacrifícios pessoais e familiares e, portanto, o vosso bem-haja pela vossa dedicação. Às Associações desta União de Freguesia que dão vida cultural, recreativa e associativa em geral, porque é muito importante que as pessoas realmente tenham bons motivos de interesse de participação e de encontro. E saudar também todas as pessoas que são empenhadas no movimento associativo da União de Freguesia. Então, agora convido o Senhor Presidente da Junta a tomar a palavra para uma intervenção inicial."

Presidente de Junta de Freguesia, Antero Marques:⁰⁰⁷

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Executivo da Câmara Municipal de Aveiro, Senhores deputados, Caros autarcas, Público aqui presente e Comunicação Social. Começo por agradecer a escolha da Freguesia a que presido, para a realização desta reunião da Assembleia Municipal. Agradeço especialmente e felicito todos quantos hoje se quiseram deslocar aqui para dentro deste modo cívico participar activamente em favor dos interesses da freguesia. É sempre bom termos iniciativas como esta a se multiplicarem pelo concelho de Aveiro para que o poder local esteja mais próximo do cidadão. É de sobeja importância o envolvimento do cidadão na causa pública tornando-o mais participativo e consciente da realidade que o rodeia. Os partidos da oposição que são governo e os seus simpatizantes, têm agora oportunidade de se manifestarem em sede própria. A crítica constante fora do contexto e sem qualquer proveito para a população não produzem qualquer efeito prático, neste caso para os habitantes desta freguesia. É este o local e o momento para que cada um tenha a oportunidade de se manifestarem e solicitar informação sobre os assuntos do seu interesse. Assim, incentivo à participação de cada um, neste órgão autárquico. Tenho dito."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de dois munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Município Ângelo Manuel Pinho da Costa⁰⁰⁹

Assunto: Sobre o encerramento do Posto Médico; Carreiras da AveiroBus; Rotunda da Bica.

Município José Luis Dias de Castro⁰¹⁰

Assunto: Rotunda da Bica; Semáforos avariados.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹²

Presidente da Mesa⁰¹³

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Terminados os esclarecimentos, o Presidente da Mesa deu início⁰²⁴ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores deputados, Vereação, Presidente de Câmara. Eu gostaria, porque não poderia ser indiferente às intervenções que foram aqui trazidas pelos munícipes Ângelo Costa e José Luis, e em que o PCP está solidário com aquilo que aqui nos trouxeram da rotunda e dos transportes, questões essenciais que de facto as populações do interior do país e de zonas do interior dos concelhos mesmo no litoral, hoje em dia sofrem. E de facto é incompreensível como é o que ACEs não fez qualquer previsão em relação à ausência de médico para Requeixo e Nariz. Veremos se de facto em Julho a situação seja regularizada.

Em relação aos transportes infelizmente não é tema exclusivo desta freguesia, outras freguesias limítrofes (e já não se fala de São Jacinto) também tem estes problemas. Efectivamente são problemas que a Câmara Municipal de Aveiro tem de acompanhar e procurar corrigir rapidamente.

Eu gostaria de dizer que dois anos passados dos brutais incêndios que atingiram milhares de hectares em Pedrogão Grande e noutras zonas do Centro do País, as razões do que aconteceu naqueles trágicos momentos teriam de ser encontradas e não podem ser negados. A ausência e abandono do território, com faixas de eucaliptos e pinheiro que só revelam incúria e irresponsabilidade na falta de limpeza das matas. Ainda que não se possa dizer o meu estava limpo. O abandono do mundo rural, os atrasos nos investimentos públicos, a ausência de prevenção, as dificuldades no meio de combate. Razões que tem de ser encontradas nas opções das políticas de direita, dos interesses do capital, do enfeudamento à União Europeia, com as suas regras e constrangimentos.

Como o PCP sublinhou impunha-se uma resposta decidida aos problemas mais imediatos e numa política de inverter estas questões estruturais. Foi nesse sentido que o PCP contribuiu na aprovação de um projecto lei de apoio às vítimas onde se criam condições excepcionais para esses apoios na saúde, nas habitações, no restabelecimento do potencial reprodutivo no sector agroflorestal e noutras actividades económicas e colocar medidas para segurança das populações.

É tempo do actual governo prestar contas sobre a concretização dessas medidas. Assim como é preciso que PSD e CDS respondam porque no debate do Orçamento do Estado rejeitaram as propostas do PCP para o reforço de verbas para o seu cumprimento.

Dois anos depois o balanço não é positivo. Há vítimas por indemnizar, há famílias cujas habitações não foram recuperadas, o potencial produtivo das terras não foi recuperado, principalmente no sector agroflorestal. A ausência de uma política ao ordenamento e à floresta autóctone e a continuação da proliferação do eucalipto, verificando-se agora como uma espécie infestante.

É tempo de avaliar o que foi feito no âmbito da prevenção de incêndios florestais. Apesar das sucessivas chamadas de atenção não se tem legislado para responder tal como um popular reclamava um dia. Por mais anúncios que o governo faça de reformas profundas de iniciativas dos milhões aplicados ou a aplicar revela-se insuficiente e ineficaz. Veja-se a área ardida já este ano e que ainda agora começou. Outros aspectos merecem aprofundamento, como a lei orgânica da proteção civil ou o financiamento dos bombeiros. Assim como o Estado resolver chamar a si o controlo do SIRESP também nos merece crítica.

Não podemos deixar de denunciar a campanha que visa culpabilizar a população em particular os pequenos proprietários rurais e desculpabilizar o governo num quadro em que se mantêm as condições para o fogo lavra, com condições semelhantes aos incêndios de 2017 e 2018. Designadamente com manobras de perseguição aos pequenos proprietários pela não limpeza dos terrenos que objectivamente não têm condições financeiras de o realizar. E que contrasta com a ausência de qualquer medida no sentido de reordenamento na floresta portuguesa. Por exemplo o pagamento justo da madeira na produção. A dramatização da suspensão do decreto-lei do "esbulho" das terras ditas "sem dono conhecido". Decreto rejeitado em 2017 pelo Presidente da República.

A existência na tese de que o Estado falhou e pretende apenas esconder as suas responsabilidades das políticas de direita a que o mundo rural chegou, provocando o despovoamento do interior, e fazendo esquecer que ao longo destes dois anos não foram reabertos quaisquer serviços públicos que essa política encerrou. E em sentido contrário prossegue a retirada de apoios e valências, como aqui ouvimos.

Em conclusão. Não se pode alterar radicalmente as políticas prosseguidas até hoje, mas é com toda a preocupação e seriedade que o PCP reafirma que infelizmente novos grandes incêndios florestais podem voltar a acontecer. Sem valorização e rendimento dos produtores florestais na sua pequena floresta de uso múltiplo, sem uma atenção séria de apoio à pequena produção florestal, sem uma política patriota e de esquerda da valorização séria do interior, não será possível defender a floresta portuguesa e o seu território. Tenho dito."

Presidente da Mesa⁰¹⁶

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

"Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, a todos os que estão a assistir a esta Assembleia Municipal, começar por saudar a população de Mamoadeiro, estas reuniões descentralizadas fazem todo o sentido do ponto de vista do Bloco de Esquerda. E começo a minha intervenção saudando a marcha LGBT, a primeira marcha que houve em Aveiro, que decorreu no último sábado, e que representou uma vitória muito grande para esta comunidade, representando o espaço público que deve ser de todos e de todas por igual. Foi de facto um dia de vitórias. No seu direito de existir, o direito a amar, sem medos, sem receios, ocupando o seu espaço de forma segura o que para muitas e muitos não se verifica no seu quotidiano. Marchou-se

contra a discriminação, marchou.se contra o ódio, contra o preconceito, dizendo a todos os que defendem uma segregação desta comunidade que não têm vergonha de proferir um discurso homofóbico, de ódio, de preconceito, que nesse dia o lugar deles foi dentro de casa, acantonados, como assim deveria de ser o resto do tempo.

Quem assistiu a esta manifestação fê-lo de forma muito positiva. Havia muitas pessoas na rua, com uma assistência ao longo de toda a marcha que percorreu o coração de Aveiro. Foi dado de facto um passo de gigante na primeira marcha das muitas que se realizarão na nossa cidade.

Centrando-me agora nas questões que foram aqui levantadas pelos munícipes. É verdade que há um défice no acesso aos serviços públicos por parte desta população. Seja no centro de saúde seja nos transportes. É importante que uma população mais afastada do centro tem mais dificuldade de acesso a serviços públicos. Estamos a falar de uma população mais envelhecida e que portanto tem muito mais dificuldade em se mover ou em chegar como por exemplo uma pessoa que viva no centro da cidade consegue facilmente aceder a uma consulta médica.

Não é verdade que isto seja um problema recente. Mamodeiro já teve médico todos os dias e portanto dizer que isto é um problema que surgiu e que agora precisa de uma resposta rápida porque ninguém estava a contar é não contar a história toda.

Houve muito tempo para resolver esta situação. A população manifesta-se periodicamente. Fazem manifestações, dizem que querem aqui um médico de forma constante. De uma forma semanal. E simplesmente não se conseguiu dar resposta. E isso é negativo. É negativo porque o Bloco de Esquerda defende uma cidadania por igual. Não queremos cidadãs e cidadãos de primeira e de segunda. Já numa outra ocasião o Senhor Presidente disse que para ele todos são iguais, nós defendemos uma discriminação positiva. Porque quem vive na periferia não pode ser tratado da mesma forma de quem vive no centro da cidade. Quem tem transporte individual não pode ser tratado da mesma forma que quem usa transportes públicos já de si deficitários. Portanto a população de Mamodeiro merece e tem todo o direito de reivindicar uma discriminação positiva. Ou seja, todo o trabalho tem de ser feito no sentido de que as suas reivindicações de acesso à saúde de cuidados primários devem ser prioritárias na visão de quem está no poder de quem está na Câmara Municipal de Aveiro. Também não é verdade que esta maioria que suporta o executivo tenha feito tudo o que estava ao seu alcance. O Bloco apresentou uma proposta de recomendação nesta Assembleia para que solicitasse ao governo e ao SNS uma resolução rápida quer na questão do atendimento médico quer na questão dos cuidados de enfermagem e esta maioria chumbou esta proposta. Quando se diz que esta maioria faz tudo para que a situação seja resolvida não é verdade.

Termino dizendo que tanto a questão dos transportes é essencial para a resolução deste problema. Quem neste momento vive em nariz não tem o mesmo direito de estar aqui nesta Assembleia porque não tem como aqui chegar. Uma população de Mamodeiro que queira aceder a uma consulta médica em Nariz não tem como lá chegar."

Vogal Antero Marques (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Senhor Presidente da Assembleia, não posso deixar passar esta oportunidade para publicamente e na presença dos meus conterrâneos agradecer à Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do Senhor Presidente, a concretização da obra do largo das festas de Requeixo, como a construção do parque infantil, completando a rede de parques infantis na freguesia. E destaco também o início da obra da via pedonal/ciclável entre os parques ribeirinhos de Requeixo e do Carregal.

Informo ainda os presentes que a Junta de Freguesia com o conhecimento e consentimento do proprietário do espaço, procedeu à demolição da construção devoluta existente no parque de merendas de Nariz. Aguarda-se agora por parte da Câmara Municipal novos desenvolvimentos do que virá a ser um salão multiusos.

Questiono o executivo municipal de qual o ponto de situação relativamente ao parque de merendas de Nossa Senhora de Fátima e do estacionamento do cemitério do Viso.

Quanto à Rua Direita de Verba, com o arranque das obras da Rua do Freixo, creio que estará para muito breve o início dos trabalhos naquele local.

Para terminar a minha intervenção alerto de junto da Administração Central, procurar resolver o problema dos 'jacintos' da Pateira, das extensões de Saude de Requeixo e de Nossa Senhora de Fátima e do início da obra de requalificação da EN235 aqui mesmo ao lado. Tenho dito."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

"Senhor Presidente, Camara Municipal, caros colegas. O assunto que me traz aqui é um assunto bem mais prosaico, mas que penso terá de merecer alguma atenção do executivo. Que é relacionado com a rotunda do ISCA. Local que eu conheço relativamente bem porque quase 40 anos trabalhei naquela escola que está lá adjacente.

Foi feita uma obra interessante. A rotunda era uma absoluta necessidade para acabar com os semáforos e o cruzamento que lá existia à esquerda. Mas a obra para mim tem um grande defeito que é - tem duas passadeiras, mas eu penso que aquilo não pode ficar assim. Aquelas passadeiras localizadas onde estão podem fazer com que haja lá acidentes graves. De maneira que eu penso Senhor Presidente que deve passar por lá e com os seus arquitectos e engenheiros ver qual a possibilidade de lá implantar uma passagem superior e proibir o atravessamento ao nível naquela zona. Porque quando chegar o inverno com a estrada a escorregar vamos ter problemas. Oxalá não tenhamos. Mas cumpre-nos a nós resolver esse problema. É um problema antigo. Porque já lá estive uma passagem pedonal superior, só que servia a outra rua a seguir e como tal não utilizada. Eu tive ocasião de falar disso ao anterior Presidente e ao Vereador. Eu ali acredito que irá haver problemas. É uma obra meritória há muito necessária, pode contribuir para que a fluidez do trânsito melhor, mas necessita de uma passagem superior para peões, sem degraus, podem até arrancar a outra e passa-la para ali.

Está a finalizar a obra em Aradas junto à Igreja. Mas Senhor Presidente, agora que sei que vai lá à nossa festa, olhe para a rua dos Adobeiros que tem um sentido proibido a meio. É uma recta e a meio tem um sentido proibido. A gente sabe porque está lá o sentido proibido, mas está na altura de resolver. Até porque até agora toda a gente passou por lá e que eu saiba não houve nenhum problema."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

"Boa noite. Muito obrigado Senhor Presidente, Câmara, Senhores Vereadores, Colegas, Público, imprensa. Um assunto que é eventualmente motivo de muitos assuntos na agenda desta câmara, mas que preocupa recentemente e sendo uma questão genérica tem a sua razão de ser.

Houve uma ação desta Câmara de racionalização de quadros e da mão-de-obra em geral dos trabalhadores, mas agora o que se assiste agora cada vez mais é a contratualização de prestação de serviços para fazer qualquer coisa. Apenas um exemplo, muito me espantou a contratualização de uma empresa externa para fazer o trabalho de reformulação da Avenida 25 de Abril! É um dos contratos. Não é o único.

Houve um tempo em que na Câmara (se bem me lembro e porque lá passei) havia uma cultura técnica de resolver os problemas com os seus trabalhadores. Olhe vou-lhe dar um exemplo claro nisso. Foi o que aconteceu na rotunda do ISCA, embora eu não vá entrar nesse debate porque as visões seriam demasiadas antagónicas. Mas uma coisa que se coloca é saber o que está a acontecer na Câmara? De dia para dia toda a contratualização é externa, até parece que as pessoas lá estão na prateleira ou não lhes é dado nada para fazer. Porque mexer numa Avenida é uma coisa, fazer um projecto de uma ponte é outra, mas sempre houve capacidade na Câmara para o fazer com os seus técnicos, se acabaram com ela expliquem-me porquê?

Uma outra questão que me preocupa é que, continuamos a caminhar para o Verão e continuamos sem a discussão da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Bem sei que o assunto começa a ganhar mofo, pelo menos para alguns será uma mudança de folha na agenda, mas para nós no Partido Socialista é uma questão que nos parece que tarda. Sobretudo porque houve uma promessa de fazer um debate à séria antes de fazer a implementação.

Depois um terceiro assunto que me parece que anda na ordem do dia que é o tema das árvores. Nós temos um plano estratégico para muitas coisas, não se não deveríamos ter procedimentos estratégicos para a maneira como estamos a intervir sobre as árvores. Esta é uma questão mais que delicada porque o que está aqui em causa é saber o que é que está a acontecer no espaço público - as arvores, os passeios e o estacionamento.

O tratamento destas questões com tratamentos casuísticos e sem a transparência devida (não é acusação, mas nós necessitamos de mais transparência) e saber o que vamos fazer com árvores que levaram 35 anos a crescer? Não podemos eliminar só porque incomodam. Ou seja, há aqui opções em que a opção é pela deslocação do passeio em vez do abate da árvore, da deslocação do estacionamento em vez do passeio, e por ai fora.

Essa actuação ou pelo menos a percepção da actuação não é nada favorável. Se pensarmos bem as árvores que nós temos na cidade são as árvores da liberdade. Ou seja, muito do que está plantado hoje foi possível por causa da municipalização e da criação das autarquias. Não faz sentido não arranjar um processo de substituição.

Portanto a ideia é simplesmente que boas práticas é que são adotadas quando há necessidade de substituição de algumas árvores. Porque há um capital natural aqui que é uma mais-valia para toda a gente e que não pode ser apenas visto como um prejuízo. Tenho dito."

Vogal Simões Oliveira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Queria Senhor Presidente exortar a Câmara Municipal à continuação da luta para a retirada dos pórticos existentes na A17 e A25 no concelho.

A existência deste equipamento é no nosso entendimento contra natura. É contra natura porque não tem a ver com o bem-estar das populações, com os desenvolvimentos, com os actuais paradigmas da mobilidade.

Se beneficia o conceito de variante que hoje a A25 e A17 têm para com a cidade e não tendo opções com o trânsito, a inexistência deste equipamento traria imensas possibilidades ambientais. Senhor Presidente, exortamo-lo para esta luta que deverá ser vitoriosa porque tem como grande aliado o bom senso.

A questão segunda é a seguinte. Tivemos notícias de que a A17 seria o elemento físico que definirá em PDM os limites citadinos. Admitimos que é um elemento substantivo, de referência, utilizar-se este tipo para definir os limites. Todavia pensamos Senhor Presidente que haverá outras situações que serão relevantes para definir o que deve ser a cidade. Muito obrigado."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

"Foi com muito prazer que recebi o mail do convite para a apresentação da Capital da Cultura, e foi ainda com mais prazer que recebi um segundo email com os horários de transportes para que as pessoas que quisessem ir do Cais da Fonte Nova até o Forte da Barra e do Forte da Barra até São Jacinto. Por acaso o último autocarro não existiu, mas o meu colega Greno também esteve lá comigo e nós conseguimos contornar a situação e chegámos a tempo da apresentação.

E eu aqui não quero apontar o erro porque acho que são coisas que acontecem. Mas com a aproximação do festival dos canais que existissem também horários que permitisse que pessoas como por exemplo daqui de Mamodeiro ou de Requeixo ou Nariz pudessem ir ver os concertos à noite. Como não há transportes como há pouco aquele Senhor dizia, se quiserem ir para Aveiro à noite não o conseguirão fazer.

O festival dos canais e o plano estratégico da cultura é para todos e portanto eu gostaria de ver daqui a umas duas semanas também publicitados os horários dos autocarros para as pessoas dos vários sítios do município pudessem assistir aos concertos. Era só"

Vogal Ana Seiça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Boa noite a todos. Senhor Presidente, deputados, público em geral. Brevemente queria fazer aqui alguns reparos. Começar pelos transportes para fazer uma pequena nota. Tanta gente já veio a esta Assembleia e se queixou dos transportes. Senhor Presidente, acho que já é altura de repensar se a Câmara estará tão certa como deveria no que respeita à alteração dos transportes. Os transportes não são apenas para as crianças irem para a escola. Também são para as pessoas irem para o trabalho e para os idosos sem que seja apenas para irem à Avenida, porque não podem ou não têm transporte nem essa capacidade.

Eu penso que tanta gente já reclamou que eu penso que o Senhor Presidente que é leito pelo povo deveria dar essa satisfação ao povo. E se vem aqui reclamar não estão a fazer política. Estão a trabalhar para o bem da comunidade.

Posto isto, eu pouco mais tenho a acrescentar áquilo que disse o meu colega Fernando Nogueira sobre as árvores. Mas gostava de fazer uma pequena referência. As árvores são retiradas mas não são substituídas. Por outro lado as árvores crescem e os candeeiros de iluminação pública ficam completamente cobertos. Há aqui uma contradição. Eu diria que há falta de ordenamento do espaço público.

Depois foi com algum espanto que verificamos que na Praça Marques de Pombal foram retiradas aquelas árvores junto do Tribunal. Não sei se as árvores estavam doentes ou não? Mas se estavam doentes gostaria de saber se não seria de as substituir porque a praça em si já é muito enfim, parece um deserto. E aquelas árvores embelezavam ao estarem ali.

Também verifiquei que vai fazer a requalificação das 5 Bicas. Gostava de perguntar se o problema de inundação naquela zona vai ficar também resolvido aproveitando a modificação.

Finalmente. Uma velha luta vou chamar-lhe assim, que é o Tribunal de Comércio. Pode o Senhor Presidente informar se por acaso há alguma novidade relativamente à transferência do Tribunal de Comércio de novo para Aveiro de onde nunca deveria ter saído. Aveiro é capital de distrito. É o nosso concelho. E penso que deveria vir par aqui o juízo de comércio. Disse."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

"Boa noite a todos. Na pessoa do Sr. Presidente da União de Freguesias de Nariz, N. Sra. de Fátima e Requeixo gostaria de cumprimentar todos os cidadãos aqui presentes e que nos honram com a sua presença. Desejando também uma boa jornada de trabalhos aqui nesta ponta sul do nosso concelho a todos nós membros desta Assembleia do Executivo e jornalistas.

Para início e como nota de entrada espero que quem veio da cidade para esta ponta do concelho, tenha sentido o desagrado das obras. Principalmente as obras viárias em São Bernardo ou em Aradas (dependendo por onde vieram) mas nisto da atrapalhão das e com as obras costume dizer... abençoados os incomodados com as obras — é bom sinal.

Depois e felicitando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pelo seu arrojo de mais uma vez e cumprindo uma promessa eleitoral da coligação com Aveiro de levar este órgão aos vários cantos e recantos do nosso concelho.

Bem-haja Sr. Presidente por também este órgão estar a cumprir uma promessa eleitoral nossa.

E queria começar e porque a viagem já começou, a referir que para nós e nesta bancada esta descentralização também é um marco. Um marco cultural de trazer e praticar a cidadania a e em todo o concelho, isto, estes actos, estas acções são também uma marca que queremos que fique associada á candidatura de Aveiro à Capital Europeia da Cultura 2027. Este estar descentralizador, de procura e de estar com os cidadãos queremos que seja uma marca da Candidatura de Aveiro onde todos, da Cidade e do concelho são chamadas a estar e a participar para que uma candidatura suprapartidária, sem cores políticas, mas com alma e com garra consiga trazer para Aveiro a Capital da Cultura 2027.

Depois e falando neste ponto do PAOD e falando em nome da bancada do PSD gostaria de referir o seguinte: E porque estamos na sede da União de Freguesias de N. Sra. de Fátima Requeixo e Nariz, gostaria de questionar ou pedir ao Sr. Presidente da Câmara que nos falasse e esclarecesse sobre alguns pontos que nos preocupam e que inquietam os cidadãos desta ponta do concelho:

Falar da estrada N235. Que é uma das 2 estradas do concelho da responsabilidade do Governo e que apresentam estatísticas de sinistralidade grave e que são muito perigosas pra quem cá vive e para quem as utilizada. A outra é a estrada de São Jacinto/Torreira.

Mas falando desta, aqui entre a A1 em Mamodeiro e o nó da ERSUC, é sabido por todos nós que há projecto, há vontade, há muita necessidade da adequação aos dias de hoje deste troço por motivos de segurança das pessoas. Conte connosco Sr. Presidente nas suas acções de pressão junto do governo central para que este problema seja resolvido o mais rápido possível.

Sobre a rua Direita em Verba, obra da responsabilidade do Município o Senhor Presidente já esclareceu.

Sobre a área da Saúde não podia deixar de falar e referir a irresponsabilidade do ACES, da ARSC e do Governo, por não conseguirem assegurar Médico para esta Unidade de Cuidados de Saúde Primários. Pois este problema da reforma do Médico não foi um problema sem data. Era um problema conhecido à cerca de um ano, com muito tempo de antecedência e que aos nossos responsáveis pela Saúde nada fizeram.

Em nome da bancada do PSD quero aqui deixar a nossa solidariedade a esta população, privada de cuidados de Saude Primários, e o nosso apoio ao Sr. Presidente da Câmara em todas as suas acções de pressão perante todos os órgãos que têm que fazer a colocação do Médico, responsáveis de quadro de pessoal nas instituições, e isso cabe como todos sabem ao governo central.

E por último quero aqui deixar uma pergunta ao Sr. Presidente, se nos pode dizer alguma coisa sobre o falado Centro Escolar, pensado, projectado, para esta área do concelho?"

Presidente da Mesa⁰²⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

"Boa noite a todos. Hoje usarei uma regra de exceção dado que as pessoas que estão connosco hoje têm uma probabilidade de não estarem presentes daqui a oito dias.

Nem tudo foram perguntas, mas comentar e deixar uma nota ao Filipe Guerra que tem a ver também com a questão que o Fernando Nogueira colocou. Dando conta que o município de Aveiro também em cooperação com as nossas juntas de freguesia e com empresas privadas que prestam serviços, temos feito o nosso trabalho. Além de mais, de aproveitar os mecanismos que o Estado criou, com Fundos Comunitários para arranjar soluções de ajuda às sete situações que afetaram habitações, há uma única situação que afectou uma empresa dos incêndios de Outubro 2017. E, portanto, dizer-vos que o nosso trabalho tem sido realizado com discrição. Nós somos contra festa à volta destas matérias. Ninguém nos verá a fazer inaugurações ou notícias de jornal quando está uma casa pronta para entregar a quem teve a casa ardida. Ninguém nos verá a fazer espetáculo político sobre essas matérias, porque somos contra. Mas está quase tudo feito. Falta uma obra que teve um conjunto de vicissitudes, que já está entregue ao empreiteiro e que se vai fazer para se acabar de forma completa essa operação no âmbito da nossa cooperação com a nossa Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, que é quem tem a gestão dos instrumentos financeiros de apoio que o Governo do país, usando Fundos Comunitários do nosso programa operacional regional, colocou ao nosso dispor. Das outras matérias, das obrigações legais de limpar os 10 metros das vias, dos caminhos, somos seguramente uma Câmara exemplar. Temos feito muito trabalho que tem corrido muito bem na relação com os proprietários. Uma outra questão, mas que não é relevante e, portanto, temos estado a fazer o nosso trabalho, que é a nossa responsabilidade obviamente, para que baixemos o risco obviamente de termos incêndios. Não interessa que sejam muito grandes ou pequenos queremos baixar o risco de ter incêndios.

Obviamente que a existirem alguns que sejam sempre episódios de pequena relevância e obviamente que todos temos um contributo para dar. Porque e deixando a nota só neste aspeto, depois voltarei à questão do Fernando Nogueira, mas eu às vezes lamento muito certas posições por causa de uma árvore, duas árvores, três árvores. Os incêndios levam milhões de árvores e em Portugal legisla-se, ainda agora mudou a estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil, mais um Secretário de Estado Estado, agora mais uma entidade pública que é a AGIF, agora mais isto e mais aquilo e continuamos sem o ordenamento florestal para baixar o risco de termos por ano milhões de árvores que se perdem nos incêndios, todos os anos milhões, até parece que não é uma questão. E as três arvorezinhas da praça X é que são uma coisa do além, que vão resolver o problema das alterações climáticas!?"

Portanto é preciso termos consciência que o espaço urbano tem que ter boa gestão do seu parque arbóreo, obviamente. Mas é bom que Portugal de uma vez por todas se capacite para a boa gestão e o bom ordenamento da sua floresta que continua a não ser praticado. Para já não falar das Matas do Estado. Nomeadamente o célebre pinhal de Leiria que ardeu no célebre incêndio de 2017 e que até hoje (vão lá), está como estava quando acabou o incêndio. E se não querem ir tão longe vão aqui à zona norte da Mata Nacional, a sul de Vagos/Mira e vejam só quantas árvores de substituíram daqueles milhões de árvores que morreram por força daquele fatídico incêndio.

Portanto, nós defendemos uma verdade global, uma política à séria, num país onde a floresta é algo de muito importante por múltiplos motivos. Ambientais, económicos, sociais, etc. Mas onde de facto continuamos a deixar passar o tempo, a tomar medidas sobre o combate, mas medidas sobre a boa gestão do território florestal é uma miséria. Especialmente aquela que tem o Estado como dono. E, aliás, não é preciso sair do nosso município, dêem um passeio à nossa Reserva das Dunas de São Jacinto e vejam o estado em que está aquele matagal.

Aquilo é cada vez menos uma floresta de um parque natural e é cada vez mais um matagal por força do trabalho que não é feito. Ou é feito muito pontualmente de combate à invasora acácia.

Queria apenas deixar uma nota à Rita Batista, que era bom que a Catarina Martins em vez de vir aqui de vez em quando fazer folclore a andar no autocarro ou vir aqui à porta da Unidade de Saúde dizer que falta médicos, que em vez de vir cá fazer essas palhaçadas políticas, era bom que batesse à porta do Primeiro-Ministro, dos Ministros de que ela tem parceria e tanto poder e ajudasse a resolver estes problemas.

Em vez de se deslocar de Lisboa para aqui, que bata à porta e que faça os acordos à séria com o Governo do país, que apoia, e deixem-se de demagogia política e de andarem a enganar as pessoas. Porque vocês governam o país, vocês são parte da governação, vocês são maioria parlamentar que negoceia os Orçamentos do Estado.

Portanto deixem-se de demagogia e púnhamos a Catarina a fazer o que tem que fazer, em vez de andar para aqui a enganar o povo e dizer que não tem nada a ver com isto. Tem sim senhor. E tem poder. Depois o que é que faz com o poder isso é outra conversa. Mas nestas matérias não faz nada. Circo. Só circo.

Presidente Antero, dar-lhe nota sumariamente que estamos a trabalhar juntos, obviamente. Dizer-lhe que no projeto do edifício multiusos que vai substituir a ruína no parque de merendas de Nariz, estamos à espera de acabar o parque aqui mesmo em frente, que está no âmbito da delegação de competências com a União de freguesias. O parque de estacionamento do Viso está já fechado o acordo para a desafetação da Reserva Agrícola Nacional. No âmbito da revisão do PDM está fechado o acordo. Fechado ainda não formalmente. Porque falta a revisão do PDM ser aprovada formalmente. Mas a solidez do acordo com o Ministério da Agricultura no que respeita à Reserva Agrícola Nacional é suficiente para nós começarmos a dar passos na aquisição dos terrenos e do projecto para que acto imediato ao PDM entrar em vigor possamos executar a obra. E como o nosso Presidente sabe está também no contrato de delegação de competências.

E já agora que falamos do PDM e respondendo ao Manuel Prior, dar conta que na 4.ª feira de manhã tivemos uma reunião muito importante tripartida entre a nossa Câmara, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Comissão de Coordenação Regional do Centro, sobre aquela que é a peça do PDM que nos está a causar mais problemas e mais dificuldade de consensualizar e que nos tem dado trabalho pelo menos assim mais forte e mais difícil de conseguir. Estamos a construir acordos desde Novembro quando apresentámos a última versão da proposta de exclusões da reserva ecológica.

E passo a explicar a todos uma coisa absurda da legislação do país. Aveiro no atual plano diretor municipal tem uma boa carta de Reserva Ecológica Nacional. Temos uma boa carta. Não precisávamos de mexer na reserva. Era um acertozinho aqui ou acolá. No entanto decidiu a CCDR que é quem manda nisto, que tínhamos que fazer uma carta nova ao abrigo de uma legislação nova que existe. Era preciso fazer uma carta nova. E somos cobaias. Somos o 1º município a fazer uma carta de REN completa para o município todo no âmbito da Revisão do PDM.

Acreditem, é a coisa mais inacreditável da vida. Só para vos dar uma nota muito simples. Qual é o princípio? Todo o território é REN. Todo! Ponto um. Ponto dois, vamos tirar do

território aquilo que já está ocupado, já está construído, chamados os perímetros urbanos, vamos tirar.

E temos a chamada REN bruta. E acabou ficamos com a REN pronta. Daqui para a frente mesmo que queiramos, mesmo em áreas, que são centenas, que hoje não são REN, mas que por força desta maneira de construir a nova carta REN, passaram a ser REN mesmo sem qualquer valor ambiental nenhum. Nada. Apenas a burocracia transformou em REN aquilo que nunca foi.

Para terem uma noção 86% da área do nosso município é REN, O que é que se passa? Precisamos de desafectar para várias coisas. Para equipamentos sociais, para cemitérios, para equipamentos culturais, para áreas que entendemos que em termos urbanos devem ser colmatadas, para construir aqui ao nosso lado um centro escolar novo, uma extensão de saúde em condições, mas imaginem temos de negociar isto tudo parcela a parcela.

Tivemos muitas reuniões bilaterais, etc, e na quarta-feira tínhamos já acordado com umas semanas antes, termos uma reunião tripartida, até porque há diferença de parecer entre a APA (agência portuguesa do ambiente) e a CCDR. E a reunião foi uma excelente reunião, correu muito bem, e a maioria, esmagadora maioria, não todas, mas a esmagadora maioria das propostas que a Câmara fez, os argumentos nesta última reunião, nas situações que tinham sido recusadas, foram aprovadas pelas duas entidades que o tem que fazer.

Porque na Carta de Reserva Ecológica nós não mandamos. A carta é feita pela CCDR com o apoio de APA. Nós só fazemos propostas, não mandamos. E portanto agora estamos na fase final, ficaram ainda pequenas questões para acabar de tratar, mas, enfim, julgo que o balanço final estará terminado no final da próxima semana, será positivo, muito positivo, para nós fecharmos esta fase e terminarmos o planeamento.

Foi um sufoco porque para nós era óbvio que a entrada em área urbana destas zonas próximas ao edifício onde estamos, precisamos aqui de ampliar o centro social, precisamos de aqui de construir um centro escolar novo, precisamos de construir uma unidade de saúde em condições, enfim, acho que estamos globalmente de acordo, embora possam pensar diferente e com toda a legitimidade, mas foi uma luta dura. Está conquistada. Falta obviamente o trabalho das formalidades que estamos a fazer neste trabalho de equipa entre Câmara, CCDRC e Agencia Portuguesa do Ambiente.

Trabalhar com o Governo, pressionar o Governo sempre com o espírito de equipa, obviamente construtiva, de vez em quando enfim falando alto, e usando umas expressões políticas que tem que se ser, a questão da boa gestão da Pateira obviamente, a questão da EN 235 já falei aqui, obviamente estamos juntos para trabalhar essas matérias. Este governo está em fim de estação, vamos ver o que se vai suceder, esperamos que se resolvam estes problemas que são responsabilidade do Governo do país.

Dr. Raúl Martins. Eu quero dizer o seguinte e concordando globalmente consigo em relação à rotunda, que vão acontecer lá três coisas que estão decididas. Embora, algumas tenham a ver com a questão que colocou outras não, mas não temos até agora dito tudo. E uma que nós propusemos e ainda não está fechada é que vai ter durante a próxima semana, vão ser colocadas lombas no trouço da entrada na Universidade. Foi uma sucessão da nossa Universidade que nós respeitamos e vamos dar consequência, vai ver o nosso empreiteiro a trabalhar nisso. Vamos na mesma operação instalar um conjunto de faixas transversais na aproximação em cada um dos dois sentidos da Avenida da Universidade, para que os veículos quando chegam à rotunda, cheguem com uma velocidade mais baixa. É evidente que tudo isto tem o seu trabalho de adaptação, não por ter havido lá um atropelamento que felizmente foi ligeiro, não foi grave, que nós começamos a pôr as mãos à cabeça e que a rotunda está mal. Não. Nós estamos racionais e tranquilos para fazer as coisas como devem ser. Mas da avaliação destas semanas

tiramos estas conclusões. E para a semana, o nosso empreiteiro vai estar a fazer estas duas operações. Lombas junto das passadeiras que estão no troço do Campus por solicitação da nossa Universidade e faixas de dissuasão da velocidade em cada um dos sentidos na aproximação à rotunda.

Segunda questão. O monumento à Universidade de Aveiro, na bolacha da rotunda, por proposta minha, fizemos uma proposta à Universidade para instalarmos ali um monumento de referência e de homenagem à Universidade que como sabem no nosso município não tem.

Portanto de comum acordo o Departamento de Design faz o projeto e nós fazemos a obra. Está na ponta final.

Terceira questão. A discussão e a decisão que está por dias, do futuro da função da antiga rua de Santiago, agora D. António Marcelino. Ela hoje tem dois sentidos, não tem qualidade para atribuição pedonal, a discussão é se mantemos um só sentido ou se damos mais prioridade aos passeios. Foi um compromisso que assumimos no quadro da nova rotunda. Estamos a fechar também em acordo com a universidade para fazermos a obra quanto antes.

Quarta questão. Colocámos à Universidade neste trabalho da rotunda, uma coisa que para nós é óbvio, que está em reflexão e debate, não temos ainda decisão, que é a deslocalização da passagem superior.

Eu que a uso muitíssimo. Porque eu no meu exercício de ir a Universidade, o sítio que eu mais gosto de deixar o carro é exactamente ali perto da Escola João Afonso de Aveiro, portanto faço-o imensas vezes. Mas todos temos consciência que ela é muito pouco utilizada. E portanto, parece-nos que deve merecer ponderação. Está completamente aceite com a nossa Universidade, já estamos agora a discutir para fechar o acordo da sua deslocalização para o enfiamento da zona da Rua dos Bombeiros Velhos, na nova entrada do Campus, nas imediações da rotunda. E, portanto, é importante para nós e pertinente, estamos a fazer a análise à estrutura que está bem. É deslocalizável, não uma coisa muito complicada, é uma boa estrutura, temos essa operação assumida. Estamos apenas a acabar a discussão para fecharmos a decisão e depois a implementar.

Tomámos boa nota do que disse sobre a Rua dos Adobeiros. Já a tínhamos tomado. Esta aprendizagem dos desvios dar para perceber melhor esta questão. Teremos decisões proximamente. E dar nota que a obra de Aradas não acabou.

Na próxima semana os utilizadores vão ser incomodados nos primeiros dias, era para ter sido esta semana mas o tempo não deixou, porque não se podem fazer pinturas em alcatrão sem o alcatrão estar estabilizado e sem estar seco. E, portanto, vamos ser incomodados de novo ali entre segunda e quarta. Contando que a previsão do tempo está bem, estará lá o nosso empreiteiro a acabar a obra e colocar os sinais. Mas já dá para perceber que foi uma boa intervenção para a vivência daquele centro.

Dar nota que eu não fui ao desfile do LGBT por não ter afinidades com os objectivos deles próprios. O Presidente da Câmara não participa em coisas desta natureza como é evidente, mas os cidadãos participam naquilo que entendam por bem. Passámos a licença, fizemos o nosso trabalho, com todo o respeito vivemos a marcha, mas não foi porque acho que para o Presidente da Câmara está fora de agenda. Ao cidadão Ribau Esteves nesse dia tive uma agenda bem intensa, mas não pertence ao quadro das minhas opções pessoais, respeitando em absoluto a suas opções pessoais de quem participou sem qualquer dúvida a esse nível.

Fernando Nogueira. Eu acho que não está a perceber o que é que está a acontecer no nosso município!? O que está a acontecer é que estamos a trabalhar muito. Os nossos técnicos estão todos a trabalhar muito. Não dá mais. E fazem horas extraordinárias e trabalham à séria. Temos bons técnicos. O que é que se passa diferente? Estamos a

trabalhar muito e é preciso contratar empresas externas. E depois, sabe bem que há muitos projectos que têm muitas especialidades. Nós fazemos um arrumamento, uma rotunda, e aquilo não é só lancis e um alcatrão.

É preciso mudar a rede eléctrica, a questão das águas pluviais, muitas vezes rede de telecomunicações, enfim há muitas especialidades e nós na Câmara não temos todas as especialidades e, portanto, recorremos a empresas privadas, prestadoras de serviços para fazer esse trabalho porque integram as competências. E, portanto, é normal e natural e, como sabe, o nosso Estado, o governo actual, o anterior, obrigaram-nos a fazer cortes muito profundos na despesa de pessoal. Como sabe há limites legais.

A Câmara de Aveiro também como sabe despistou-se. Chegou a ter duas vezes e meia os funcionários que temos hoje. Não cumpria regras de lei de nada. Tivemos de fazer uma contenção à séria. Que começou com o Presidente Élio Maia. Mas temos que cumprir a lei. E portanto por estes dois motivos hoje há muito projecto, a esmagadora maioria dos nossos projectos são feitos por empresas externas. E os nossos técnicos têm muitos projectos no limite da sua capacidade de trabalho que é boa. Podemos concordar ou discordar. Mas toda a gente sabe que temos um município em obras em todo lado. Com muitíssimos projectos.

As pequenas pavimentações que a nossa pavimentadora faz também têm projecto. Isto não é chegar lá a pavimentadora betuminoso para a frente. Não. É preciso ir lá um topógrafo e ir lá um engenheiro para fazer a análise da topografia e fazer o projecto para se pavimentar uma estrada. Todo esse trabalho é feito pela nossa equipa técnica.

Por exemplo, temos técnicos para reabilitar a antiga estação da CP? Não temos. Portanto há esta nota que eu reconheço que politicamente seja difícil de reconhecer, estamos de facto a cumprir o compromisso com os cidadãos com uma quantidade enorme de obra que nem no tempo que tínhamos 1200 funcionários era possível dar resposta com a nossa equipa ao que estamos a fazer hoje. Espero que não tenha nenhuma reserva mental à participação de privados na elaboração destes projectos.

Avenida Lourenço Peixinho. Estamos a terminar o projecto para lançar o concurso. As operações das árvores a Câmara trata bem. Gere bem. Quando se abate uma árvore é porque ela tem um relatório técnico a dizer que ela tem um problema fitossanitário ou que atenta contra a segurança dos cidadãos.

O meu problema é quando uma cai antes de nós a abatermos. Isso aconteceu há dias ao lado parque infantil no parque Infante D. Pedro. E ai meus amigos quando um dia acontecer isso cair uma árvore e matar um cidadão eu quero ver qual de vocês é que vai ser solidário comigo. A única pessoa que é responsável pela queda de uma árvore do município de Aveiro que mate uma pessoa chama-se José Ribau Esteves e é o Presidente da Câmara.

Isto é tudo muito bonito na conversa, mas quando eu tenho um relatório técnico de gente credível e competente na Câmara a dizer "Senhor Presidente esta arvore tem um problema fitossanitário, está em risco de queda" o Senhor Fernando Nogueira olha para aquilo, assobia para o ar e siga. Mas digo-lhe, dois dias antes de abatermos as da Praça caiu essa sozinha no Parque. Estava referenciada para ser abatida quatro ou cinco dias depois. E a chatice é mesmo esta. É quando elas caem antes do tempo. Se elas matam como mataram em Porto Santo. Quando elas matam como mataram no Funchal. No dia que isso acontecer vocês querem lá saber. Só há um cidadão responsável e eu quero ver qual de vocês que defende a "árvore que morra em pé" como diria um cidadão nosso, vai dizer "não o Senhor Presidente não é culpado. Eu é que sou culpado".

Juízo, responsabilidade e sustentabilidade técnica em cada decisão.

A Ana Maria não deve ter ido hoje trabalhar, mas quando for segunda-feira já vai ver que estão plantadas três árvores substitutas.

Nós plantámos muitíssimas mais árvores que as que abatemos. Mas temos muitas com problemas fitossanitários que põem em risco a vida de cidadãos. Nós amamos as árvores e gostamos das árvores, mas antes das árvores estão os nossos cidadãos sejam velhos sejam novos. Há quem não concorde com isto, paciência. Nós pensamos assim.

Na luta dos pórticos estamos juntos. E a Câmara está disponível para ajudar o Governo a ir lá cortar. Têm é que autorizar Simões, porque nós não temos autoridade como é evidente.

A A17 não vai ser limite nenhum da Cidade! Azurva por exemplo que está para lá vai pertencer à Cidade. Quintãs que está para cá não vai pertencer à cidade. Portanto essa sua nota que leu par ai não está bem.

Sara Tavares houve um problema com o autocarro, peço desculpa. E vamos ter transportes extraordinários. A Sara esqueceu a questão administrativa que é preciso ter. Porque se não há problemas. As coisas não podem ser feitas à papo-seco. É preciso fazer as coisas bem. Estamos a tratar disso porque queremos aumentar a nossa oferta de transportes de forma clara e cristalina.

Ana Maria. A obra das 5 Bicas vai obviamente resolver o problema das águas pluviais. O Tribunal de Comércio. Vamos continuar a lutar com o Governo do país porque continua a querer tê-lo provisoriamente em Anadia. Muito o brigado Senhor Presidente."

Ponto 1 – Apreciação e votação da adenda ao contrato entre o Município de Aveiro e a Veolia;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 13/06/2019, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁷ Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

"Senhor Presidente, este tempo de trabalho com a VEOLIA tem um balanço muito positivo da sua prestação. Temos uma prestação que está ao nível de qualidade muito bom. Mas fomos detectando que tem insuficiências nalgumas áreas. E aquilo que fizemos foi discutir bem e entendê-las bem. E encontrar a boa solução. E nas zonas onde a capacidade instalada de serviço não é suficiente decidimos aumentar⁴ a quantidade de serviço para responder aquilo que não estamos a responder. Praticamente são as áreas centrais da Cidade no que respeita a aumentar a quantidade de recolha, incluído as papeleiras, porque obviamente por força dos circuitos turísticos estamos a ter um depósito muito maior de resíduos nas papeleiras, mais alto do que aquilo que é normal.

E a outra questão é uma adesão que é boa, que é sinal que os cidadãos não pegam no colchão que vai para o lixo ou no resto de alguma coisa que fizeram em casa e não colocam na mata ao lado. É o aumento de serviço dos chamados "monos e verdes". E portanto o que verificámos é que a quantidade de recolha é insuficiente e portanto aumentamos a oferta desse serviço que como sabem há recolha porta a porta por marcação prévia.

Este conjunto de situações provocam uma Adenda ao contrato porque há aqui um conjunto de trabalhos a mais. Temos de cumprir esta formalidade porque é um contrato visado pelo Tribunal de Contas e portanto a Adenda também o tem que ser.

Arredondando as contas este serviço extra tem um custo de 65 mil euros. E portanto nós vamos aumentar o nosso investimento em 5% do valor do contrato. Daqui a uns anos temos a tipologia de serviços ajustada à necessidade do serviço e portanto temos consciência que esta activação foi positiva. Correu bem. Está a um bom nível a prestação da VEOLIA, mas cadastramos estas carências que respondemos obviamente com uma resposta q.b. É proporcional à necessidade que os nossos serviços verificaram e dos serviços da VEOLIA e portanto mantemos a aposta numa qualidade elevada e mantemos uma relação boa com a poupança financeira que fizemos. Enfim, poupamos cerca de 1.2 milhões de euros com a mudança de contrato e agora vamos tirar dessa poupança 65 mil, ok. É uma retirada, mas mantemos também aí um ganho muito relevante em termos financeiros. Além de tudo o resto que os cidadãos sabem que pagam menos taxa de resíduos mas a resposta primeira é a qualidade elevada e a Adenda o que vão trazer é aumentar a qualidade em zonas do município em que entendemos que essa qualidade não está ao tal nível muito alto onde queremos estar.

Continuamos atentos. A verificar situações que podem ser melhoradas para quando entendermos por bem fazer nova Adenda sem prejuízo de cumprir a lei, mas termos uma prestação de serviços adequada à necessidade do serviço em qualquer parte do nosso município. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores e demais presentes. As questões relacionadas com a recolha do lixo em Aveiro, convenhamos que não é novidade para ninguém nem é uma originalidade após este contrato feito com a VEOLIA, foi sempre alvo de críticas por parte da população porque sempre houve insatisfação em relação a essa matéria. E de facto, desde que o contrato com a VEOLIA entrou em execução as queixas não só se mantiveram como se agravaram em vários níveis. Isso foi trazido a diversas Assembleia sendo que o Sr. Presidente sempre fez alguma desvalorização desses receios e dessas políticas de actuação.

Observando aquilo que é a documentação que nos traz, aparece a necessidade de contratar serviços a mais para fazer face ao aumento de turismo, aumento de resíduos urbanos indiferenciados, aumento de sujidade nas ruas, o serviço de recolha porta a porta de objectos de grandes dimensões com procura crescente.

Senhor Presidente, convenhamos, que propriamente não houve em relação a nenhuma destas necessidades uma alteração substancial que já não existisse desde há dois anos atrás e a realidade presente. Não houve.

O que houve e que parece estar aqui feito foi o erro de cálculo em relação àquilo que foi contratado e aquilo que são as necessidades e tem agora de se fazer esta Adenda que no essencial, aquilo que foi proposto, propagandeado, de uma poupança financeira para o município se vê agora de alguma forma coartada naquilo que era o alcance dessa mesma poupança. Vamos agora gastar mais 500 mil euros até 2026!?

Portanto da nossa parte do Partido Comunista Português sempre consideramos esta negociação, de este e de outros serviços, como aliás se confirma pelo que hoje aqui estamos a discutir, não era essencial para a resolução dos problemas. Sempre consideramos que estas são matérias que de se devem manter na esfera municipal e não ser externalizadas. E lamentamos que aquilo que até poderiam ser eventuais ganhos para o município, na realidade não o são.

E veremos se no futuro, tal como noutros contratos feitos anteriormente, como por exemplo na concessão dos serviços de transportes rodoviário em Aveiro, também depois

teve que fazer duas emendas, se neste caso estaremos mesmo na última adenda ao contrato ou não. Veremos. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE)⁰³¹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

"Boa noite a todos. Relativamente a este assunto eu fico pasmado com as vidas tão certinhas dos oradores que me antecederam. Na vida não alteram nada, fazem tudo certinho tipo plano quinquenal das economias controladas.

Este contrato é um contrato bom. É um contrato que trouxe poupança sobre a taxa de resíduos que pagamos. Haverá quem não pague e que não note a diferença. Misturam tudo e falam em 500 mil euros que é o volume do contrato em oito anos, até parece que é 500 mil euros todos os meses. Convém que quem me antecedeu não misture os números e faça aqui uma salada para instalar a confusão.

Qualquer contrato tem de ter actualizações durante o seu período de vigência seja nu período mais pequeno ou maior. O que se está a passar aqui está justificado qual é a razão.

No caso que foi aqui dito que não há justificação para os "monos e para os verdes", há justificação. Basta ler os papéis - pelos vistos não o fizeram.

Este ajustamento do contrato traz melhorias aos serviços. E certamente no futuro haverá novos ajustamentos uns para cima outros para baixo conforme a cidade vá evoluindo. Nós queremos que a cidade evolua. Vocês pelos vistos querem que se mantenha como está.

É curioso perceber que por um lado são contra melhorias contratuais, para outros contratos que aqui referiram já querem alterações. Portando decidam-se. Ou os contratos se mantêm de princípio a fim ou se vão ajustando. Agora da maneira com que trazem aqui o assunto apenas tentam trazer confusão e acho que é altura de por fim a essa confusão.

Obviamente que nós no CDS estamos de acordo que é preciso fazer ajustamento ao contrato. Estes ajustamentos estão perfeitamente justificados. A poupança para os municípios vai continuar a manter-se. A poupança para a Câmara vai continuar a manter-se. O serviço será melhorado e por isso votaremos a favor. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁴

"Serei particularmente breve. Apenas para dizer que estou completamente de acordo com esta Adenda ao acordo, tanto mais que é justificado pelo aumento do volume dos resíduos sólidos. Eu gostaria de dizer que devo estar num país diferente. Porque na minha zona onde moro, que é muito sensível, porque tem um lar, tem o cemitério, tem padarias e tem outros comércio, o serviço melhorou bastante. É mais eficaz e menos exuberante. Do que era anteriormente. Ainda por cima é uma zona subrural ou seja, uma zona onde há muitas podas e muitos verdes e não sei quanto mais.

O acerto é de montante muito pequeno. Nem sabia que tinha de vir aqui. Mas certamente não será o último. Porque obviamente nestes contratos vai haver mudanças cada vez que alterem os volumes e certamente para mais porque obviamente Aveiro está a crescer.

Eu que tive algum tempo para fazer uma viagem pela europa agora há pouco tempo, sei que vou trazer aqui um assunto que o Senhor Presidente é contra, mas eu mantenho.

Parte deste aumento de despesa é devido ao aumento de Turismo. Pois bem, Turismo que traz obviamente problemas para a cidade. Eu sou a favor (não houve cidade nenhuma onde eu estivesse que não pagasse taxa turística) da implementação de uma taxa turística na cidade de Aveiro. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

"Senhor Presidente muito obrigado. O partido Socialista é contra este processo de adenda ao contrato porque desde o início nos pareceu que não era uma questão de poupança, mas de perda de serviços em quantidade e qualidade. Pois quem toma decisões está sujeito a errar. Mas saber quanto e quando se erra é importante. Quanto mais tarde se errar num contrato publico melhor. Mas a gente sabe que nem sempre aqueles que têm a capacidade de encomendar lua-cheia em dia de festa tem a hombridade de reconhecerem que erram em semana de solecístico.

Por isso é mais fácil tapar o sol com a peneira. E digo tapar o sol com a peneira porque está aqui uma questão importante que é - ninguém pode ignorar os aumentos sucessivos no IMT, no IUC, no IMI, desde há quatro anos. E foi aqui nesta camara que de forma bastante efusiva, foram sendo afirmados o nosso crescimento sustentável da atração turística.

E se assim é e se a competência e o rigor são postos à cabeça na forma de fazer politica e em particular neste contrato, parece-me não ser uma questão de ser uma questão flexível ou de planos quinquenais. É uma questão de ser fiel à sua capacidade de ajuizar de acordo com a competência. E por isso o que está aqui em causa é de facto a capacidade de reconhecer que a poupança não era aquela que se previa e que a capacidade de se fazer um contrato tem riscos. E assumir que os riscos e o crescimento, a não ser que o Senhor Presidente tenha alguma mão para regular a "mão invisível do mercado", como sabe muito do crescimento não corresponde a nenhuma estratégia desta Câmara, muito mais informada, mas ao crescimento efectivo.

Aliás, em nada ou muito pouco a Câmara se distancia dos movimentos quer em IMI quer da atração turística das outras capitais de distrito sobretudo da Região Centro e não falo das áreas metropolitanas.

Tentar tirar o mérito para justificar o fracasso parece que é o que lhe falha e que aborrece. Nós erramos em 500 mil porque tivemos sucesso numa política! Parece que o Senhor Presidente não acreditava no seu próprio sucesso. Isso é que me faz confusão.

Temos crescimento, está tudo a correr bem, sabemos que está tudo a correr bem e o que aconteceu foi a nossa incapacidade de ver o sucesso. Os movimentos e as receitas falam disso há três anos. Não sei então o que saiu fora da nossa capacidade de previsão e isso espanta-me. Tenho dito."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Algo já aqui foi dito sobre este assunto, mas eu gostava de deixar aqui duas ou três notas e colocar algumas questões. De alguma maneira estamos perante um "dèjà vú". Porque basicamente o que temos aqui neste contrato foi aquilo que aconteceu de forma muito semelhante nos transportes, na concessão dos transportes. Sendo certo que há uma diferença de base. É que na concessão dos transportes, confesso e podemos admitir que havia muito mais dificuldade em desenhar a concessão. Basicamente porque o que tinha acontecido num passado muito próximo é que deixámos de ter transportes.

Aqui penso que estamos ou partimos de uma situação altamente distinta e, portanto, havia a uma empresa que prestava esse serviço e, portanto, basicamente o desenho da concessão até poderia ter mais alguma sustentação. E a pergunta aqui não é o porquê de alterar ou a inevitabilidade destas coisas serem imutáveis ao longo do tempo, com é óbvio.

Seria muito muito improvável que isso viesse a acontecer. A questão aqui é, porque é que isto acontece. Penso que essa é a questão fundamental. Ou seja, porque é que passados poucos meses de concessão ter sido atribuída haver a necessidade de fazer um ajustamento. A não ser que haja, enfim, o Senhor Presidente com certeza terá isso justificado, mas a não ser que haja alterações de monta naquilo que era o status quo da situação desde o momento da conceção até ao momento recente. E, portanto, estamos aqui a fazer algum juízo de valor sobre essa alteração de condições e eu já lá vou pegar nisto de outra forma.

De qualquer maneira, quando o Senhor Presidente apresenta um contrato de concessão onde diz que vamos ter menos custo melhor serviço, obviamente que isso é o paraíso do gestor. Só que para esse binómio acontecer é preciso efetivamente que haja da parte da empresa que presta esse serviço a capacidade do ponto de vista da produtividade, e de o fazer acontecer. E, manifestamente, não me parece que seja isso que esteja a acontecer, porque há obrigatoriedade recente fazer aqui uma correção.

E a minha pergunta começa, não querendo complicar o assunto, mas a minha pergunta começa pelo seguinte. Esta adenda deve-se ao incumprimento da empresa ou deve-se a uma deteção de insuficiências de serviços? É que se a concessão está atribuída e se há lacuna na prestação de serviço, das duas, uma. Ou é porque a empresa não está a cumprir a concessão — e aí compete ao executivo obrigar a que a empresa cumpra a concessão sem acréscimo de custos. Ou então, se a empresa está a cumprir aquilo que está na concessão, temos de facto aqui um erro de base na atribuição da concessão. E, portanto, o município para corrigir esse erro de base pede à empresa que preste mais e melhor serviço e obviamente adiciona o valor correspondente — o que nos remete necessariamente para o primeiro contrato de concessão.

E, portanto, esta é a pergunta base. A empresa cumpre ou não cumpre? É que se a empresa não cumpre não vejo porque é que tenha que vir uma adenda ao contrato. Temos é que fiscalizar a concessão de outra maneira.

Outra questão tem a ver com uma pergunta que é a seguinte. Esta adenda vai ter ou não reflexos junto dos munícipes? Ou vamos manter o valor das taxas iguais para os municípios e, portanto, aqui o ónus cairá sobre o executivo municipal.

É que se o ónus cair sobre o executivo municipal, obviamente o pressuposto de redução ou de poupança que o Senhor Presidente apresentou vai encolher. E, portanto, não teremos uma poupança tão grande como teríamos, partindo do pressuposto que não irá refletir isto nos munícipes.

Outra pergunta tem a ver com o facto de perceber a questão que aqui é colocada e bem, de podermos estar a estender indefinidamente adendas no tempo. O que no que nos poderá levar a uma situação (eu confesso-lhe que não fiz contas), mas como o Senhor Presidente saberá melhor do que eu, a certa altura, poderemos estar a desvirtuar o concurso inicialmente apresentado da concessão. O que poderá trazer reclamações dos concorrentes que foram excluídos do concurso, porque efetivamente a natureza do mesmo pode vir a ser substancialmente diferente daquela que foi colocada inicialmente a concurso.

E, portanto, há aqui um conjunto de questões que me parecem interessantes do ponto de vista do esclarecimento. Mas a minha questão fundamental é de perceber se efetivamente adenda se deve ou não ao incumprimento da empresa?

Já agora aproveito (eu sei que não está dentro deste ponto), mas aproveito para fazer uma sugestão que já tinha feito relativamente aos transportes. Em vez de andarmos aqui, enfim, a bater bolas sobre a qualidade ou não do serviço, eu já tinha sugerido uma vez ao Senhor Presidente que fizesse uma coisa muito simples que era pedir à empresa

concessionária (e aqui pode fazer-se exatamente o mesmo) que aplicasse um inquérito satisfação aos clientes.

Um inquérito de satisfação é um instrumento que quando bem aplicado elimina não sou a diferença de percepções sobre aquilo que eu tenho, porque o autocarro não passa à minha porta, ou sobre quilo que alguém tem porque o autocarro passa na minha porta. Temos uma perspetiva muito mais alargada e muito mais fiel de quem efetivamente utiliza o serviço. E, portanto, isso de alguma maneira poderia ajudar não só a perceber se o serviço tem os níveis de qualidade que foram contratados e que são essencialmente orientados para o cidadão, mas colocam a certeza se esses inquéritos forem bem-feitos, trarão consigo também um conjunto de sugestões que o Senhor Presidente tanto pede que as pessoas apresentem. E isso aconteceria assim de forma sistematizada."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Executivo, caros colegas e público aqui de Mamoadeiro. Este assunto causa-me espécie ouvir aqui algum tipo de discussão sobre este assunto, isto porque o nível de poupança conseguido no contrato com a VEOLIA é de uma escala de tal ordem grande que dá a impressão que aqueles que proferiram este tipo de preocupações de aumentar a despesa de 5 mil euros mês, falam como se o dinheiro da Câmara Municipal de Aveiro não fosse nosso. Isto é um património de todos nós. A poupança de 1.2 milhões de euros foi para todos os aveirenses. Representa 111 mil euros mês. Isto é muito dinheiro que o município poupou.

Agora a sensação que dá é que vocês teriam preferido que nos tivéssemos um contrato de 180 mil para depois não ter que fazer nenhuma revisão!

E eu digo-vos o seguinte: eu desejo que haja mais revisões neste contrato. E acima de tudo que haja um controle e uma fiscalização do que está acontecer do ponto de vista do volumes que foram contratualizados. Porque da mesma forma que hoje estamos aqui a assistir a um aumento de menos de 5% no contrato inicial - esses tais erros de estimativa que vocês apontam aqui são muito pequenos. E portanto mantém o nível de poupança numa escala muito boa para todos os municípios. E aquilo que eu desejo é que da mesma forma que hoje faz uma revisão em alta desse contrato e que de hoje para amanhã numa altura em que o turismo tenha a sua quebra e não podemos esquecer que só no mês de abril tivemos um aumento de dormidas de 10.4% na zona Centro. Isto traz muito lixo, entropia para a cidade, mas traz também muita coisa positiva. E isto tem de ser respondido. E ainda bem que estamos com este crescimento do ponto de vista turístico ok, porque todos nós beneficiamos. Agora aquilo que eu desejo é que numa altura em que haja uma quebra do turismo e por essa via o volume de lixo produzido seja menor, que saibamos estar atentos e fazer essa fiscalização e fazer uma revisão em baixa do contrato. Tenho dito."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[039](#)

"Bem, duas ou três notas sobre aquilo que disse o Filipe Guerra e também pegar em duas ou três questões que também outros colegas autarcas referenciaram.

Não há aqui da nossa parte nenhum erro. Mas dando de barato que é um erro. Tomáramos nós que na gestão de todos nós na vida profissional e política sempre errassem apenas por 5%. Éramos todos os gestores de primeiríssima linha. É um absurdo tudo o que vocês disseram sobre isso. O erro é que as coisas são que são. Nós poderíamos estar aqui com uma proposta de 40 por cento ou de 60. E aí o erro era bem aplicado. Isto

é um ajustamento. Oxalá que todos vocês na vossa vida pessoal, profissional e política errem com esta margem de 5%. Que tudo o que façam façam-no com nota de 95%.

Estávamos todos na excelência, mas a excelência de nível alto. Portanto, esta vossa tentativa de pegar nisto e transformar isto num grande problema e num erro de gestão e de previsão e não sei quê, é um objetivo absurdo como é evidente para quem quer observar de forma tranquila, séria, rigorosa, em termos matemáticos e em termos financeiros.

Eu queria lembrar a vários de vocês, ao Filipe, à Rita, ao Francisco Picado, vocês lembram-se, já connosco na Câmara, nos últimos 2/3 anos de contrato da SUMA de notícias dos jornais (façam uma pesquisa) de queixas de cidadãos, de queixas de comerciantes, do que se passava no Rossio? Do que se passava na zona da Praça do Peixe em relação ao lixo? Ou estão também com uma amnésia? Com a SUMA já tínhamos este tipo de problema. O problema não nasceu com a VEOLIA. Nem o crescimento do turismo foi de Outubro para cá. Não. Portanto não vale a pena estarmos aqui a mentir. Nós tínhamos este problema no contrato final com a SUMA.

Como todos sabemos a capacidade de responder a isto exige uma negociação e obviamente a SUMA, enfim. Eu não quero dizer mal da SUMA, já dissemos tudo, foi um excelente prestador de serviços da Câmara Municipal de Aveiro. Mas obviamente também tinha os seus defeitos e também tinha os seus erros. Mas ali o que tínhamos quando apareciam aquelas fotografias que vocês iam ao "face" todos entusiasmados a dizer mal da Câmara, era porque de facto a capacidade instalada de recolher era inferior à capacidade de produzir. Nós tínhamos um excelente serviço e continuamos a ter. A VEOLIA ainda não chegou à excelência. Está num patamar muito bom. E isso que referiu o Francisco que eu disse "menos custo e melhor serviço" é falso. É mentira.

Eu disse que tínhamos um excelente serviço e que iremos continuar a ter um excelente serviço com menos custo. Foi assim que eu disse. Nem nunca ninguém me ouvirá dizer mal da SUMA porque foi um excelente prestador de serviços. Não era perfeito, mas não é por errar 5% ou 10% que deixava de ser excelente. Portanto, deixar estas notas aqui de forma muito clara e muito objetiva.

Depois temos uma outra questão que a equação do programa e que não está a correr como nós queremos. Não vamos dizer mal deles, porque não é motivo para isso, mas que têm de trabalhar muito mais e muito melhor têm. Chama-se ERSUC.

A empresa da qual já não somos sócios, agora somos clientes, que nos presta o serviço, de gestão dos Ecopontos, tem de trabalhar mais e tem de trabalhar melhor.

Precisamos de mais Ecopontos. Precisamos mais quantidade de viagens das viaturas com o seu motorista para fazer recolha. Porque há uma notícia. Estamos a produzir mais para os Ecopontos. Os cidadãos vão aderindo lentamente, é verdade, mas não aderindo cada vez mais a reciclagem. Só que chega-se lá e cada vez mais está cheio. E só há uma maneira de vazar. É vir o camião da ERSUC e vazar. E não estamos mal, enfim estamos ali num patamar de entre o razoável e o bom. Nota 13 como eu costumo dizer. Mas queremos também aqui estar no 17 ou no 18. E aí temos que melhorar objectivamente. Vejam o seguinte, o ideal era entrarmos num processo de redução da produção de resíduos. Agora um município está a crescer no turismo, está a crescer na população, obviamente que não se perspectiva que nós tínhamos redução da quantidade de produção de qualidade total de produção. E, portanto, é aqui com os nossos parceiros que temos que trabalhar mais. Dizer-vos isto, hoje a ERSUC é do mesmo grupo empresarial que era a SUMA e hoje tem trabalho de cooperação com a VEOLIA. As empresas cooperam e trabalham em equipa em várias matérias, e connosco obviamente.

Portanto estamos aqui a trabalhar num patamar de qualidade bom, na transição de bom para muito bom e queremos ir à excelência e vamos. A ERSUC também é excelente, mas queremos aumentar a sua capacidade. Mas pergunto, onde é que há motoristas para camiões pesados? Onde é que há? Hoje temos problemas objectivos, sérios, de contratação desses motoristas.

Portanto temos que jogar o jogo completo. Olhar para as várias circunstâncias, fazer o nosso trabalho, mas obviamente compreender também com a devida parceria, com o devido rigor e seriedade, o trabalho dos outros.

Dar nota também à Rita Batista. O Turismo em Aveiro decresceu de 2008 a 2014. Acabou. É a vida. Não tenho gosto nenhum nisto, mas os nossos indicadores que temos, objetivos, o nosso turismo 2008/2014 foi sempre a descer. A partir de 2014 estancou. Em 2015 crescemos um bocadinho. E a partir de 2016 até agora estamos a crescer muito. Entre 15 e 20%. Estes é que são os números. Não venha cá dizer que antes também crescia. Não crescia nada.

Com a VEOLIA pusemos mais cerca de 400 contentores na rua. Aumentámos a capacidade instalada em quase meio milhão de litros. E hoje toda a gente tem... esta coisa das queixas, eu às vezes, faço uma proposta à Rita Batista, quando receber uma queixa dos Transportes mande para o meu Gabinete. Eu não acredito, porque também acho que a Rita quer o bem do concelho, que a Rita receba lá as queixas no Bloco de Esquerda e fique com elas para alimentar a relação dos municípios com a Câmara. Não acredito. Quantas é que me mandou? Nenhuma, Rita. Esta coisa que vocês disseram de que há muitas queixas não é verdade. Não é verdade. Há queixas pontuais? Há. Agora dizer que há muitas queixas! Vocês andam pelo município e veem isto tudo sujo? Chagaram aqui a N.S. Fátima e está tudo sujo? Vamos falar verdade. Há problemas pontuais - claro que sim.

Uma nota. Nós temos uma varredoura mecânica e obviamente dissemos à empresa na avaliação que fazemos com eles "vamos aqui tomar uma medida". Isto de andarmos aqui a aspirar o ar é um absurdo. E muitas vezes a varredoura anda a aspirar o ar.

Então acordamos com a empresa uma bolsa de horas em que por exemplo hoje é dia de varrer na frente do Centro de Congresso. O motorista se chegar lá e não há nada para varrer, o que é que ele faz? Bem, iria gastar uma hora nesse serviço. Não vou gastar e vai para a bolsa de horas. E para que serve essa bolsa de horas? É para quando nós entendermos que uma festa no sítio A e há necessidade de limpar, nós pegamos e vamos ali fazer a varredura. Hoje a varredura mecânica tem bolsa de horas. Fizemos um acordo com a empresa para não fazer o trabalho só por fazer, obviamente. Não é preciso andar a aspirar o ar. E nós precisamos que de vez em quando a varredoura faça trabalho noutra sítio. Portanto é esta forma rigorosa, séria, que nós temos para gerir este nosso contrato.

Rita Batista. Eu tenho um princípio na minha vida de político, de autarca, que não comento o trabalho dos meus colegas em público. É uma questão de princípio da minha parte. Assim como não assumo a função de ex-presidente da Câmara de Ílhavo. Nunca ninguém me viu nem verá, comentar. E também nunca ninguém verá o ex-presidente da Câmara de Aveiro, quando for eu, fazer comentários sobre o trabalho do meu sucessor. Salvo por questões de atentado à dignidade. É o meu princípio como político e ninguém me verá salvo, portanto, de atentado à dignidade, de ver comentar trabalho de colegas meus, vizinhos próximos ou mais longínquos.

Dar apenas a nota que há, de facto, o Presidente Fernando Caçoilo, referenciou que há municípios vizinhos com as mãos na cabeça. Eu sei quais são. E se vocês quiserem saber também podem saber. Eu sei porque sei o que se passa a esta nível e a muitos outros em cada um dos 11 municípios da Região de Aveiro. Mas fiquem desde já a saber que não é Aveiro. Mas eu sei quantos são com problemas graves à séria. Na matéria de resíduos.

Estamos a falar de resíduos. Mas não é Aveiro. Bem sei que é um divertimento que alguns jornalistas têm, alguns de vós também, que os presidentes de Aveiro e de Ilhavo se piquem. Vocês acham que devia ser um divertimento porreiro. Mas não vão ver isso de mim para o Presidente Fernando Caçoilo, acho altamente improvável ou dele para mim. Mas se quiserem conhecer eu digo-vos ao ouvido quais são hoje ou colegas (é mais do que um) que têm nesta área problemas dramáticos. Mas que estão a tentar resolvê-los. E por causa de quê? De entidades a quem compraram os serviços e que não estão a cumprir os seus contratos. Há por aí também um jornalista que gosta muito de nos pôr a picar uns aos outros, aí e tal esta coisa era uma indirecta ao município de Aveiro! Não era. Espero que o jornalista da entidade em causa, que está a olhar para o telemóvel, me ouça. Não era.

Dá jeito, mas olhem atiraram ao lado. O senhor Jornalista do órgão social em causa se quiser saber qual é os municípios que o Presidente Caçoilo se referia (é mais do que um) eu digo ao ouvido. Depois vão lá fazer a reportagem para verem qual é o problema sério e a dificuldade que os meus colegas estão a ter para o resolver.

Imaginem agora que a nossa VEOLIA se começa a baldar e a não recolher o lixo, que começa a despedir funcionários, que em vez de varrer não varre, e começa a fazer finca-pé de que está a fazer bem e nós a vermos que está a fazer mal. E entramos em litigância, e queremos rescindir o contrato, e eles não querem. Estão a ver o filme? Nós não temos nada disso. Nós temos uma prestação dum patamar de bom para muito bom. Ajustamos hoje com esta proposta um custo de 5% e vários perguntaram, é possível que haja novas Adendas? Claro que sim.

Eu gostava muito de ter um mundo perfeito e de termos daqui a dois ou três anos termos uma Adenda para baixo. É pá a ERSUC aumentou muito a quantidade de Ecopontos, a malta está a produzir menos lixo, temos mais população mas temos menos produção. É provável? Eu acho que não é provável.

Agora a nossa qualidade de patamar de serviço está na transição de bom para muito bom. Raúl Martins, enfim, compreendendo a sua posição favorável a Taxa Turística, nós mantemos a nossa posição de sermos contra.

Esperemos que o Ministério das Finanças consiga cumprir este ano pela primeira vez, porque é o primeiro ano que está em vigor, aquela nota nova da Lei de Finanças Locais publicada em Agosto do ano passado, que nos vai dar acesso a 5% do IVA. Em razão de um conjunto de rácios que têm uma proporção direta ao Turismo.

É uma outra forma. É uma parte do IVA chamemos-lhe assim, entre aspas, Turístico poder vir para nós.

E portanto a nossa questão é: não vale a pena estarmos a inventar mais taxas e taxinhas. No IVA o turista vem e paga IVA de tudo o que consome. Uma parte daquele IVA vem para nós. Foi isso que se conseguiu na Lei das Finanças Locais. Não tanto como nós autarcas queríamos, mas enfim, esperemos que as finanças tenham montado o sistema para fazerem o pagamento e tenhamos acesso a essa receita. Continuamos a ser contra a Taxa Turística.

Francisco Picado, as suas perguntas estão todas respondidas. Alias, Vexa que é gestor público e sabe a resposta para as questões que tem de resolver, sabe as respostas para as questões que colocou. Estou só a ajudá-lo ao dizer que não se trata de nenhum incumprimento da empresa. Trata-se de uma resposta a circunstâncias objectivas, pelo aumento da quantidade de serviço, que tem um pagamento de 65 mil euros/ano.

As taxas vão manter-se, sim. Porque não é relevante quando pomos 65 mil euros por anos, quando pomos na equação da conta para calcular a taxa, o impacto não é zero, mas é zero, zero virgula não sei quantos. É tão pequeno o que está em causa para termos que aumentar a taxa de resíduos.

Inquérito de satisfação! Eu nem queria dizer isto. Há uns meses um funcionário nosso fez esse trabalho. E entregou-nos o relatório da empresa da especialidade que fez o inquérito, uma empresa multinacional de grande qualidade, e eu pedi à empresa que não divulga-se o resultado final ou melhor, nós decidimos não divulgar.

Porque eles são de nota muito alta. E eu achei que se nós fossemos pôr aquilo na praça pública, aqueles que responderam ao inquérito iriam por em causa a seriedade do inquérito.

Fizemos as nossas críticas porque há lá um aspecto que achamos que deve ser melhorado num próximo inquérito. Nós achamos que esse tipo de avaliações são importantes, mas temos que as modelar politicamente para que elas sejam um instrumento útil e não sejam um elemento de arremesso político partidário, porque o que queremos é prestar um serviço de qualidade.

É um instrumento que estamos a usar. Na VEOLIA ainda não, mas está definido por eles próprios esse tipo de operação. Obviamente já perceberam para quem foi feito. Foi, obviamente para a Aveiro BUS que fez esse trabalho.

Quería terminar com uma nota importante. Enfim, aquilo que foi a intervenção do Filipe Tomaz e agradecer a intervenção. Que é isto: às vezes a nossa oposição diz que nós resolvemos o problema da Câmara porque aumentámos os impostos.

Essa é apenas uma parte da verdade. Mas há uma outra parte da verdade, tão importante quanto essa, em termos a dimensão financeira, que foi a redução da despesa.

E foi a soma das duas, que nos permitiu estar num patamar muito bom de recuperação. Mas temos muito ainda para andar. a Câmara de Aveiro ainda não está recuperada e colocada dentro de todos os rácios legais. Ainda não está. Vamo-nos aproximando sim, mas é preciso fazer caminho. E este é um contributo importante.

A verdade é esta: poupamos cerca de 1,2 milhões de euros por ano. Agora esse valor vai a partir de agora vai para a frente, não vai para trás, com estes 65 mil euros. Temos uma prestação de serviços que ainda não está ao nível da anterior, mas aquilo que fez nestes nove meses do seu trabalho deixa-nos absolutamente tranquilos. Embora a trabalhar activamente nós iremos chegar muito proximamente a esse patamar. E isso quer dizer o quê? Boa gestão.

Temos um excelente serviço prestado a custos muito mais baixos. Aliás, vejam a própria SUMA veio ao concurso e a diferença financeira para a proposta da VEOLI foi de curta.

Podem ir aos dados e veem. Foi curta. Portanto quer dizer que não fizemos nenhuma loucura a este nível. E julgo que a Rita Batista ainda não leio o caderno de encargos do município de Ílhavo. É aquela coisa que o BE tem de arranjar problemas onde eles não existem. E não leu porquê? Porque ainda não teve acesso a ele. Tenho essa confirmação. Agora leiam e vai ver as diferenças da quantidade e da tipologia de serviço.

Com todo o gosto nós facultámos o nosso caderno de encargos à Câmara de Ílhavo que nos pediu. Assim como facultamos tudo aquilo que as Câmara portuguesas nos pedem. Nós somos uma Câmara que coopera. E quando há uns meses a Câmara de Ílhavo nos pediu o nosso caderno de encargos, com todo o gosto o fizemos, como outras que também já pediram. Pediram o nosso projecto do Aveiro Steam City

Colaboramos com toda a gente e respeitamos muito. E oxalá Ílhavo tenha um grande contrato, com grande qualidade, e continue a ter de novo prestador de serviços seja o novo ou seja o mesmo. Uma empresa com excelência na sua qualidade de trabalho, na gestão de resíduos urbanos e os municípios que ainda não o conseguiram que o consigam. Naquilo que a gente possa ajudar nem que seja com uma forcinha psicológica nós ajudamos porque queremos o bem dos 307 municípios do nosso estimado país. Muito obrigado."

Membros da Assembleia
Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴¹

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:⁰⁴²

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁴³ ponto 1 – Apreciação e votação da adenda ao contrato entre o Município de Aveiro e a Veolia, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD16+CDS6+IND1) duas abstenções (PS2), onze votos contra (PS8+BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração da seguinte Vogal:

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁴

"O Bloco de Esquerda vota contra esta Adenda porque defendemos um serviço público, mas também porque este pagamento extraordinário não garante que o serviço que a VEOLIA preste fique ajustado às necessidades da população.

E mais uma vez fica demonstrado como são atribuídos os serviços públicos em Aveiro. Primeiro anuncia-se uma grande poupança e em seguida a constatação de uma enorme falha na prestação do serviço à população, para depois justificar um acréscimo do pagamento à empresa sem que o serviço atinja o necessário.

Votámos contra porque no nosso entender não fica assegurado o melhor dos interesses da população de Aveiro."

Ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2018;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 13/06/2019, sobre os assuntos em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴⁵ Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Da Câmara Municipal
Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores deputados e demais presentes. Serei breve. Estas Contas consolidadas colocam um conjunto de participações da autarquia dentro daquilo que são as contas consolidadas. No essencial refletem aquilo que já tinha sido apresentado e votado salvo erro em Abril deste ano. A tal diminuição do Passivo entre o médio e longo prazo em cerca de 9 milhões de euros. Nós registamos isto. É um elemento positivo a diminuição do passivo. Embora e também já foi por nós apresentado a preocupação do facto de haver uma diminuição do passivo de curto prazo, mas que foi empurrado para o médio/longo prazo. O que só por si não é bom. Mas de facto globalmente existe a tal diminuição. Mas não deixamos no entanto de assinalar e perguntar à custa de quê é que foi possível esta diminuição? Naturalmente que foi pelo

enorme aumento de impostos e de facto devido também a um conjunto de elementos de conjuntura económica nacional e que efectivamente não são estruturais e que podem facilmente virem a ser coartados no futuro. Portanto concluindo. Perante aquilo que é a diminuição do passivo concordamos, mas não deixamos de assinalar estes dois aspectos essenciais."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[049](#)

"Senhor Presidente, estas Contas Consolidadas vertem o modelo de austeridade que foi e continua a ser aplicado em Aveiro. Esta altamente dependente da receita fiscal para se poder falar de contas saudáveis na autarquia. Socavando serviços públicos prestados à população como acabaram de ver ou discutir no ponto anterior. E a insistência neste modelo de externalização de serviços em detrimento dos serviços que deviam ser prestados pela autarquia, nós não nos revemos neste modelo. Não nos revemos nesta política de austeridade e, portanto, em coerência votaremos contra estas Contas Consolidadas."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[050](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Obviamente que votamos a favos destas Contas. Elas representam em 98% as Contas da Câmara a que acrescem as da Aveiro-Expo.

Os indicadores são conhecidos, naturalmente que o passivo médio/longo prazo aumento porque foi quando veio o empréstimo de médio longo prazo para pagar a dívida de curto prazo que existia. Mas não considero isso um aumento de passivo e portanto confiamos que a boa gestão que tem sido feita, pelo aumento de investimento, por diminuição da dívida, enfim. Pelo aumento de impostos, claro. Pois se há mais construção, mais investimento, há taxas e impostos que directamente tem a ver com isso. Não foram as taxas em Aveiro que subiram. A taxa de impostos que nós pagamos ao Governo Central essa é que continua a subir todos os anos, essa sim. Mas disso não interessa aqui falarem porque algumas pessoas aqui estão muito contentes com isso e apoiam o governo nessas medidas nos dias ímpares e nos dias pares dizem que não apoiam.

Senhor Presidente, nós estamos de acordo com estas Contas porque representam a verdade da Câmara e a boa gestão que está a ser feita. Disse."

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[051](#)

"Senhor Presidente, estas Contas Consolidadas fotografam mais um ponto de transição na gestão de Aveiro. Ponto de transição entre loucura económica, incapacidade política e enfim. E demonstram os trabalhos de resolução dos problemas do passado. Ainda não está tudo ok. Mas está no bom caminho. Aplaudo as regularizações bem como o reforço das provisões para clientes de cobrança duvidosa resultante das reservas exposta no ano de 2017.

Aveiro, pela simples leitura deste documento, está paulatinamente a transformar-se numa pessoa de bem e a largar o epíteto de caloteiro. Oxalá continue. Disse."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[052](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Este é um tema rápido. A mim apenas dizer que me apraz ver que o prisma de consolidação está praticamente cingido à Câmara Municipal. Existe apenas uma única empresa municipal que está em processo de extinção. E acho que isto é positivo porque significa que há aqui um controle muito mais apertado e não há

aquela figura de desorçamentação que em muitos locais foi utilizado com esta questão de criar empresas municipais.

E reforçar, até pelo que agora mesmo se disse, que há diferenças substanciais entre aquilo que são os aumentos de impostos que ocorreram em Aveiro e eram obrigatórios por uma situação de pré-bancarota com aquilo que está a acontecer no país em que os impostos continuam a aumentar, os investimentos estão todos parados, aquilo que está a acontecer nos caminhos-de-ferro, nos hospitais, nas escolas, em todo o lado. Está tudo bloqueado com cativações e aqui em Aveiro faz-se investimento e reduz-se a dívida e arruma-se a casa do ponto de vista financeiro. Quem queira achar que isto são realidades idênticas, está claramente a não ser sério. Porque são políticas claramente opostas nesse sentido. Aqui resolvem-se as contas, baixam-se os impostos, começamos a baixar os impostos ao mesmo tempo que se faz investimento como há muitos anos não se via na cidade de Aveiro. Tenho dito."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

"Sobre a Conta Consolidada de 2018, tenho a dizer que se verifica uma clara diminuição do passivo, diminuição da dívida, diminuição do IMI. Imposto que as pessoas pagaram menos este ano.

E conjuntamente com esta diminuição da dívida houve um aumento do investimento. Aumento de investimento em obras e realizações que os cidadãos necessitavam e apresentação de boas Contas. Boas Contas essas que tem sido apanágio deste executivo. E perante isto a bancada do PSD votará favoravelmente."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁵

"Senhor Presidente serei breve. Enfim, agradecendo as intervenções do Manuel Prior, do Filipe Tomaz e do Raul Martins que dizem o que eu diria.

Ao Filipe Guerra e à Rita Batista apenas duas notas simples. Filipe eu percebo quando diz que empurramos para a frente a dívida. Mas numa situação como teve a nossa Câmara, que tinha dívidas com mais de vinte anos de idade, usar essa expressão é um bocadinho ofensivo para quem esteve tantos anos para receber o seu dinheiro.

Sabemos o que quis dizer. Obviamente fomos buscar um empréstimo para pagar a maior parte da dívida. No primeiro mandato pagamos um terço da nossa dívida sem empréstimo nenhum. Ela era de 150 milhões e com o nosso trabalho de aumentar a receita e baixar a despesa conseguimos baixar a dívida. Era possível se nós tivéssemos parado o investimento e parado a Câmara pagar os outros 100 milhões que ficaram. Mas obviamente não podemos parar. Temos de andar para a frente e temos que crescer. E portanto a lógica foi ir buscar um empréstimo para pagar a toda a gente. Ficámos com esse trabalho pela frente de quase dezassete anos para fazer o serviço da dívida, mas tranquilo. Estamos absolutamente tranquilos e de forma totalmente sustentável vamos cumprir o planeamento financeiro que temos no nosso PAM.

E pronto. Obviamente pusemos em ordem aquele passivo que era Passivo anormal de devermos a tantas pessoas, há tanto tempo. Enfim, só para dar esta nota de que no nosso caso dizer que é "empurrar para a frente" é um bocadinho ofensivo perante aquela dívida velha que nós tínhamos. Obviamente compreendi aquilo que quis dizer.

Quanto à Rita dizer que temos muito gosto em termos modelos diferentes e em viver em mundos diferentes. E nós prosseguiremos no nosso modelo a ter bons resultados, e no mundo onde estão os nossos concidadãos. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁵⁶ ponto 2 - Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2018, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS2), oito abstenções (PS8), três votos contra (BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Filipe Guerra (PCP)

Vogal Rita Batista (BE)

Vogal Joaquim Simões (PS)

(As declarações de voto destes vogais porque não falaram ao microfone, não ficaram registadas)

Presidente da Mesa:⁰⁵⁸

"Queria desejar às populações de Nossa senhora de Fátima/Requeixo/ Nariz, na pessoa do Senhor Presidente Antero Santos e também aos funcionários do município, que proporcionaram uma sessão que penso correu muito bem, dentro obviamente das adaptações necessárias ao espaço. Muito obrigado.

Lembrar que a continuação desta sessão ordinária ou seja a próxima reunião, regressa ao espaço normal do edifício da Assembleia Municipal."

Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão⁰⁵⁹ não se verificando intervenções.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Junho, informando que os trabalhos da sessão, nos termos regimentais, continuam no dia 28JUN19 (sexta-feira), na sede da Assembleia Municipal.

Eram 23:45 horas do dia 21 de Junho de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)